

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.018](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.018)

O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES): UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/CAMPUS EIRUNEPÉ

Renata Brelaz Gondim e Silva

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / Campus Manaus Centro; Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / Campus Eirunepé, renatabrelaz@ifam.edu.br

Marcone Pereira Da Silva

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) / Campus Manaus Centro; Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) / Reitoria, marcone.pereira@gmail.com

Hudson Do Vale De Oliveira

Doutorando em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), hudson.oliveira@ifrr.edu.br;

RESUMO

Num país marcado pela diversidade regional, cultural e socioeconômica como o Brasil, o acesso à educação também não se dá de forma igualitária e equânime. Tal situação é mais evidente, sobretudo, levando-se em consideração o fato de que muitos, devido à condição social em que se encontram, precisam conciliar estudo e trabalho. O fato é que se trata de uma situação complexa, incorrendo por vezes na evasão escolar de centenas de jovens, país a fora. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo compreender o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência e no êxito dos

discentes do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé. Para tanto, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, por meio de uma investigação que toma como base a abordagem qualitativa. Ademais, um levantamento documental acerca dos dispositivos legais do programa e a realização de entrevistas com os discentes atendidos pelo PNAES estão sendo considerados para a coleta de dados. Pretende-se, a partir da visão dos discentes, bem como levando em conta os condicionantes e determinantes que conformam as suas realidades, compreender a importância do PNAES na jornada formativa destes. Assim, por meio dos discursos e das percepções dos discentes, à luz dos constructos teóricos considerados neste estudo, pretende-se desvelar as nuances da execução do programa supracitado, o uso dos benefícios em favor dos discentes, e as dificuldades e as possibilidades encontradas por estes no que se refere à permanência na escola ou a não continuidade de sua formação estudantil. Preliminarmente, destaca-se que o PNAES tem contribuído, de forma significativa, para a permanência dos discentes, possibilitando a continuidade destes nos estudos, com foco em buscar uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Educação, Permanência e Êxito

INTRODUÇÃO

Num país marcado pela diversidade regional, cultural e socioeconômica como o Brasil, o acesso à educação também não se dá de forma igualitária e equânime. Sobretudo, levando-se em consideração o fato de que muitos, devido a condição social em que se encontram precisam conciliar estudo e trabalho. O fato é que se trata de uma situação complexa, incorrendo por vezes na evasão escolar de centenas de jovens, país a fora.

Conforme discorre Saviani (2003) os filhos da classe de trabalhadores são sempre obrigados pelo sistema capitalista a ingressar no mundo do trabalho mesmo antes de alcançar a maioridade, seja para ajudar no sustento da família ou se autossustentar. E nesse processo, muito desses abandonam a escola ou se quer fazem parte dela.

Daí a necessidade da efetividade das políticas públicas voltadas para o acesso e a permanência de estudantes na educação básica, educação profissional e tecnológica, bem como no ensino superior. Dentre essas políticas destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Conforme o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o PNAES tem como finalidade principal expandir as condições de permanência de estudantes, em idade juvenil, na educação superior pública federal. Para concretização de tal finalidade, são objetivos do programa, de acordo com o Art. 2º:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O referido decreto também abrange os Institutos Federais (IFs), segundo o Art. 4º, a saber: "As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]" (BRASIL, 2010).

É nesse limiar que nasceu a presente proposta de pesquisa, pois a partir de minha experiência como assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé, foi possível perceber a alta demanda de estudantes que recorrem aos benefícios ofertados pelo Programa Socioassistencial Estudantil do referido IF. Desde 2016, fui inserida dentro da equipe multidisciplinar da Coordenação de Assistência ao Educando – CAE e assim, pude vivenciar diversas facetas da questão social em cada discente atendido.

Tal experiência trouxe à baila uma série de indagações acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua efetividade no acesso, permanência e êxito dos discentes na conclusão dos cursos ofertados pelo Campus Eirunepé.

O Setor de Serviço Social do Campus Eirunepé, bem como nos outros *Campi*, trabalha com o Programa Socioassistencial Estudantil, que advém do PNAES. Este seleciona discentes para receberem os seguintes benefícios: Alimentação, Material Didático-Pedagógico, Transporte, Moradia, Alojamento e Creche. Esse último nos chama a atenção, tendo em vista o número de solicitações indeferidas, pois de acordo com dados do SIGAA, entre 2020 e 2021, um quantitativo de 370 estudantes solicitou o Benefício Creche, contudo desse universo, somente 95 pedidos foram deferidos¹. Ou seja, cerca de 80% das solicitações foram indeferidas.

O Benefício Creche é o repasse direto do valor do benefício a título de ajuda de custo para apoiar ao discente, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, um responsável ou cuidador direto para seu (s) filho(s), com idade de até cinco anos e onze meses de idade, no turno em que frequenta o curso no IFAM².

Assim, nos inquiremos: a) quais os impactos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé? b) esses benefícios são suficientes e eficientes ao ponto de possibilitar a provação e conclusão dos cursos ofertados? De

1 Dados obtidos na base de dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – sipac – IFAM (SIGAA). Acesso em 08.08.22.

2 Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/campus/cmzl>>. Acesso: 08.08.22.

que forma as ações assistenciais estudantis têm colaborado para prevenir e conter a evasão de discentes? c) O PNAES tem possibilitado a inclusão social de fato dos jovens estudantes do Ensino Médio Integrado e cursos subsequentes? d) Quais as razões para o indeferimento de tantas solicitações do Benefício Creche? e) Os critérios para seleção desse auxílio são coerentes com a realidade dos alunos do Campus Eirunepé? f) Será que o indeferimento tem influenciado para a baixa frequência e/ou evasão escolar das alunas mães/alunos pais?

Diante de tantas inquietações, traçamos como questão norteadora da pesquisa: De que modo as atuais condições de permanência dos estudantes, beneficiários do Benefício Creche, impactam no percurso acadêmico dos mesmos?

Acredita-se que realizar um estudo com essa temática, visando responder tal indagação, se faz relevante tendo em vista que um programa como o PNAES precisa passar sempre por reflexões no sentido de amadurecê-lo e aprimorá-lo para o cumprimento de suas finalidades. Dessa forma, a presente pesquisa poderá contribuir social e academicamente a partir de um estudo inédito, posto que não há estudos sobre essa temática no Campus Eirunepé.

Entende-se que a interiorização do ensino técnico é uma realidade, mas na Amazônia essa realidade ainda precisa ser refletida e debatida a fim de se tornar efetivo não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão dos cursos por parte de estudantes provenientes de comunidade ribeirinhas, indígenas e remanescentes quilombolas que veem no ensino profissional e tecnológico uma oportunidade única de crescimento intelectual e mudança de status social.

Destarte, o presente projeto também visa a construção de um produto a partir dos achados da pesquisa. Produto esse que diz respeito a produção de manual audiovisual para maiores esclarecimentos aos discentes acerca dos benefícios socioassistenciais ofertados pelo IFAM/Campus Eirunepé e como ter acesso aos mesmos. Dada a dificuldade de acesso a informações, tal material poderá contribuir demasiadamente no acesso aos benefícios provenientes do PNAES, sobretudo ao Benefício Creche, objeto dessa pesquisa.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

De que modo as atuais condições de permanência dos estudantes, usuários do Benefício Creche do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé, impactam no percurso acadêmico dos mesmos?

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar o impacto do Benefício Creche na permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar traços do perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes usuários do Benefício Creche, no IFAM/Campus Eirunepé;
- Investigar como o Benefício Creche tem sido efetivado e materializado pelo IFAM como garantia da permanência e êxito desses estudantes;
- Verificar a percepção discente acerca dos impactos do Benefício Creche no Campus Eirunepé;
- Produzir um documento audiovisual, a partir dos achados da pesquisa, voltado aos discentes acerca dos benefícios socioassistenciais existentes e como ter acesso aos mesmos.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DAS PRIMEIRAS FORMAS DE QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FABRIL AOS INSTITUTOS FEDERAIS

Discorrer sobre educação profissional e tecnológica como parte integrante de uma formação específica que se ancora como

instrumento na divisão sociotécnica do trabalho, não é possível sem antes retomarmos as categorias trabalho e educação. Claramente, uma mantém relação com a outra. Sem o trabalho não haveria vida social, e através da educação os conhecimentos foram se disseminando e transformando a sociedade, de forma dialética.

O trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento, mas ao transformar a natureza, transforma a si mesmo e tece as relações sociais.

Nas palavras do próprio Marx (1983, p. 149-150):

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

De acordo com o autor, o trabalho é a forma como o ser humano constrói sua identidade ao sobrepujar obstáculos comuns do dia a dia, por meio de sua imaginação e capacidade de produção. O desenvolvimento da cultura fundamentou-se na produção, ou seja, no trabalho. Foi dessa forma que o ser humano se diferenciou dos outros seres da natureza pela construção de elementos que visavam melhorar a vida de todos. A função do trabalho é compreendida como a capacidade de produzir coisas para suprir suas necessidades. Por isso, em Marx encontramos um conceito importante sobre essa categoria, como afirma Frigotto (2010, p. 1): “É, sobretudo, em Marx que encontramos o sentido de trabalho que vai à raiz do modo como os seres humanos produzem a si mesmos”.

Para Frigotto, Ciavata e Ramos (2012, pag. 60), o trabalho como princípio criativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza, e, portanto, tem a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida.

Na concepção de Navarro e Padilha (2006, p. 01), o trabalho tem caráter plural e polissêmico e exige conhecimento multidisciplinar. É também a atividade laboral fonte de experiência psicossocial, sobretudo dada a sua centralidade na vida das pessoas: é indubitável que o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea.

Assim, ele não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade.

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho ocupa centralidade na vida humana, uma vez que se trata de um mecanismo de sobrevivência, no sentido de satisfazer as necessidades humanas, bem como para a reprodução, a própria maneira com que os indivíduos se relacionam entre si e, não menos importante, a divisão social do trabalho, através do Estado como instituição que possui certo domínio em suas mãos.

Ao longo da história da humanidade o trabalho sofreu diversas metamorfoses influenciando diretamente a vida em sociedade a partir das relações estabelecidas, o que determinou a constituição de processos de trabalho e modos de produção. Tais modos de produção incidiram e incidem, inclusive, nos sistemas econômicos e sociais da vida humana (ANTUNES, 2000; NAVARRO e PADILHA, 2006; FRIGOTTO, 2009; FRIGOTTO, 2010).

Do sistema primitivo, passando pelo feudal até chegar ao sistema capitalista o trabalho foi a categoria determinante para ascender, moldar e fazer entrar em decadência tais sistemas de produção. Passadas muitas décadas da consolidação do sistema capitalista pode-se destacar as transformações ocorridas nas sociedades.

Segundo Singer (2003), as mudanças ocorridas com os novos processos produtivos, a partir das inovações tecnológicas e das alterações nas relações de trabalho, constituem uma “Terceira Revolução Industrial”, que consiste na reestrutura produtiva.

A reestruturação produtiva vem trazendo grandes mudanças na relação capital/trabalho em todo o mundo, e, tem como seus referenciais, o avanço tecnológico através da robótica e da informática,

o trabalho polivalente, a terceirização, a flexibilização do emprego e dos direitos trabalhistas, entre outros (ANTUNES, 2000).

Sob a ótica do autor, essas mudanças no mundo do trabalho, embora tenham sido introduzidas inicialmente no setor industrial, também vêm sendo incorporadas em outros setores da economia, dentre estes a área da educação, que traz, em suas formas de lidar com o trabalho, sinais dessa precarização (FRIGOTTO, 2009; SAVIANI, 2011).

E o que essas transformações, decorrentes do modo de produção capitalista, tem a ver com a educação? Quais suas implicações na educação profissional e tecnológica? Tais mudanças no mundo do trabalho influenciam nos processos educativos, tendo em vista que a escola reflete o contexto social e histórico em que está inserida (FRIGOTTO, 2009; MEDEIROS, 2020).

À medida em que as fábricas investiam em maquinário na mesma proporção havia a necessidade de qualificação da mão-de-obra, posto que para operar a nova tecnologia, se fazia necessário conhecimento. Assim, não bastava apenas o ensino propedêutico, mas as informações técnicas necessárias ao bom desenvolvimento da indústria e por conseguinte da produção capitalista (GAIOSO, 2005).

Para tanto, a mão-de-obra, constituída por operários, os grupos pauperizados da sociedade, eram instigados a buscar conhecimento para dominar as novas tecnologias e sobreviver no novo sistema. Conforme assevera Martinelli (2005, p. 38): “O próprio conhecimento, como produto sócio-histórico que é, estava avançando e impulsionava a criação de novos inventos, o surgimento de novas técnicas, compatíveis com o estágio de desenvolvimento da sociedade [...]”.

Em termos de Brasil, essas nuances não foram diferentes. Com o capitalismo dito tardio, o país tratou de se organizar para qualificar a mão-de-obra que naquele momento necessitava para fazer acontecer o desenvolvimento da indústria. É a partir daí que surgem as iniciativas por parte do governo para preparar os novos operários e esse fato histórico pode ser vislumbrado como os primeiros passos do ensino profissional no Brasil.

Nos dizeres de Medeiros (2020, p. 37):

No início do século XX, a novidade foi a preocupação com a preparação de operários para o exército profissional. Com isso, em 1906 o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, em 1909, Nilo Peçanha criou, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices e foram instaladas, em 1910, dezenove delas, nas várias unidades da federação. Essas escolas eram semelhantes aos Liceus de Artes e Ofícios, voltados para o ensino industrial e custeados pelo Estado Brasileiro. Ainda no ano de 1910 foi organizado o ensino agrícola, que evidenciou, juntamente com os Liceus, um grande passo na educação profissional no Brasil. Foi esse período, com o então presidente Nilo Peçanha, que ficou marcado, o ano de 1909, como o início da educação profissional no Brasil [...].

Não diferente de outros países, tratava-se de escolas capitalistas que perpetuavam o trabalho alienado, a qual dividia o ensino formal em duas vertentes: o ensino propedêutico, e o ensino técnico. Frigotto (2015, p. 231) faz uma crítica bem clara, nesse sentido:

[...] instaura-se e perpetua-se, de um lado, a escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural, para as classes dirigentes, e outra pragmática, instrumental, adestradora de formação profissional restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento, pensado pelas classes dirigentes.

Em 1942 o ensino passa por mudanças bem importantes em sua estrutura e diretrizes, sobretudo com a Reforma Capanema que possibilitou a organização do ensino industrial em segundo grau (MEDEIROS, 2020). Nesse sentido, buscou-se constituir uma grande rede para a formação de mão-de-obra qualificada para o setor produtivo com essa grande variedade de cursos. Nesse mesmo ano, os Liceus passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas, permitindo, assim, que os alunos ingressassem no ensino superior em área equivalente à sua formação (LUCENA, 2004; FRIGOTTO, 2015; ARAÚJO, 2016).

A partir de Juscelino Kubitschek e seu projeto desenvolvimentista houve a necessidade de uma expressiva mão-de-obra qualificada para atender a recém-chegada indústria automobilística, fato que incidiu em investimentos por parte do governo em recursos para as escolas técnicas (MARTINS, 2020). Assim, em 1959 essas se tornaram Escolas Técnicas Federais.

Com a ditadura militar, a partir de 1964, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças sem precedentes, dentre essas a institucionalização do Ensino Médio Profissionalizante. Aqui se tem a cristalização da preparação alienada para o mercado de trabalho. Muito diferente do conceito de politecnia pensado por Karl Marx, como assinala Saviani (2007, p. 161): “Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”.

A redemocratização do país trouxe consigo a reformulação de muitas políticas, dentre essas a educação. Com a Constituição Federal de 1988, a educação profissional ganhou novos contornos (MARTINS, 2020). Em 1994 foi estabelecida a Lei nº. 8.948 o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformou gradativamente as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação, os CEFETs (ARAÚJO, 2016).

Já em 1996, essa forma de educação ganha um novo capítulo, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, tendo maior visibilidade no ensino brasileiro. Já em 1998, com a Lei nº 9.694, ficou proibida a criação de novas escolas técnicas, o que só mudou apenas em 2005, com a revogação dessa Lei, quando o Ensino Técnico sofreu o seu maior grau de valorização (MARTINS, 2020). O Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007 foi responsável pela reintegração e reestruturação das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde os CEFETs faziam a adesão voluntária ao novo sistema de Ensino Profissional (FRIGOTTO, 2015).

Em 2008, a Educação Profissional passou por uma nova reforma, com mudança prevista em lei, mas especificamente na LDB, na seção IV - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - por meio da Lei nº 11.741/2008: “A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas: I - articulada com o

ensino médio; II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.” (BRASIL, 2008).

De acordo com Medeiros (2020) foi nesse contexto que ocorreu, por meio da Lei nº 11.892 de 29 dezembro de 2008, a instituição da Rede Federal de Educação, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa rede é formada, além dos Institutos Federais, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelo Colégio Pedro II.

[...] trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 85).

Nesse sentido o que se busca com os IFs é ultrapassar a dicotomia entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante, entre àqueles que podem ter acesso ao conhecimento crítico, os filhos dos mais abastados da sociedade, e àqueles que no passado só podiam ter acesso a um conhecimento que os preparassem para a mão-de-obra fabril, desprovidos de saber para além da técnica, os filhos da classe que vive do trabalho, nos dizeres de Antunes.

4.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA EQUAÇÃO POSSÍVEL PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES?

Dada a disparidade econômica e social existente em nosso país, caudatárias de uma sociedade desigual forjada no bojo do sistema capitalista, mas com resquícios de sua própria constituição enquanto Brasil Colônia, não basta apenas abrir vagas para

estudantes dentro de escolas do Ensino Básico, da Educação Profissional e Tecnológica e/ou do Ensino Superior, faz-se necessário dar condições para que estes consigam concluir com sucesso sua formação. Nesse sentido, a Política de Assistência Estudantil é uma conquista para estudantes de todo país, cuja finalidade é permitir o acesso, a permanência e o êxito no Ensino Superior, estendendo-se também aos estudantes dos Institutos Federais.

De acordo com Medeiros (2020), a Política de Assistência Estudantil (PAE) está presente na educação profissional desde sua criação e, sua origem assistencialista, vem desde a criação do Colégio das Fábricas, no início do século XIX. A Política de Assistência Estudantil dispõe de vários programas de inclusão, que vão dos Programas Universais, que tratam do atendimento ao aluno, do desenvolvimento técnico e científico até de alunos que possuem necessidades educacionais específicas, até os programas que tratam especificamente do aluno em vulnerabilidade social. Aqui queremos dar maior destaque a política mais atual desse conjunto de ações que conformam a assistência estudantil, no Brasil. Trata-se do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objeto de nossa pesquisa.

O PNAES foi criado por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, cuja finalidade é de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. As ações do PNAES são executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades (BRASIL, 2010).

Desde 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está em vigor, a partir da portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do ministério da educação (MEC), e em 2010, tal instrumento legal é transformado no Decreto n. 7.234/2010. Esse programa busca em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda. Procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e apoio ao estudante, visando contribuir para que haja

melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetição e a evasão (ASSIS, et al, 2013, p. 129).

De acordo com Art. 2º do Decreto 7.234/10, são objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 01).

O PNAES ainda está longe de concretizar todos os seus objetivos, apesar de ser um avanço para a EPT, tendo em vista que se trata de um decreto, ou seja, uma política de um governo que dura há mais de duas décadas, mas não se trata de uma lei, propriamente dita. Medeiros (2020), destaca que um programa como este, ao ser transformado em lei, proporcionará maior garantia de direitos aos estudantes, contribuindo para que haja menos evasão e mais cidadãos ingressem no mundo do trabalho com alguma formação.

Prada e Surdine (2018) ao analisarem a execução do PNAES, a partir das normativas institucionais dos 38 Institutos Federais de Educação (IFs) e seus *campi*, para identificar as ações priorizadas pelos mesmos, desvelaram que os recursos do programa não contemplam o atendimento universal aos estudantes, que a dualidade do programa separa os pobres dos não pobres, focalizando o atendimento aos mínimos sociais de forma individualizada àqueles que mais necessitam, tornando a disputa interna entre os estudantes acirrada e fragmentando suas lutas sociais.

4.2.1 O Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM: considerações preliminares sobre o Benefício Creche

Assim como os demais Institutos Federais brasileiros, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM dispõe de um conjunto de benefícios socioassistenciais, subsidiados pelo PNAES, voltados à permanência e êxito de seus alunos nos cursos integrados e subsequentes, trata-se do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM.

De acordo com o Edital n° 01/2022/IFAM Campus Eirunepé³:

O Programa Socioassistencial Estudantil é destinado a todos os discentes com renda per capita mensal de até um salário mínimo e meio, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que estejam matriculados e com frequência regular nos cursos ofertados pelo IFAM em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme o que estabelece a Política de Assistência Estudantil do IFAM em vigor.

Não diferente de outras políticas assistenciais, o Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Eirunepé adota os critérios de seletividade daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Behring e Boschetti (2017) ao tratar da trajetória das políticas sociais enfatizam que essas estão relacionadas às configurações da questão social e às respostas das classes sociais e do Estado, exercendo por vezes a função de controle das massas ante à barbárie do capitalismo, mas como ponte de acesso aos direitos sociais. É nesse limiar que se encontra o Programa Socioassistencial Estudantil.

A Tabela 1 apresenta os benefícios que fazem parte do programa, os critérios para concessão dos mesmos, bem como os valores dos recursos destinados a cada benefício.

Tabela 1 – Benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil do IFAM/Campus Eirunepé

Benefício	Descrição	Valor concedido
Benefício Alimentação	Repasse mensal do benefício aos discentes regularmente matriculados e frequentando um dos Cursos do IFAM ofertados pelo Campus, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade social e que não dispõem de meios para custear sua alimentação durante o período em que estiverem em atividades acadêmicas no Campus.	Até R\$ 264,00 na condição de ajuda de custo para o discente alimentar-se em seu turno de aula no Campus, quando da impossibilidade de o Campus atendê-lo via fornecimento direto do serviço.

³ Disponível em Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepé>>. Acesso: 08.08.22.

Benefício	Descrição	Valor concedido
Benefício Transporte	Tem como objetivo contribuir para o deslocamento do discente que não dispõe de meios para provê-lo, no percurso de sua residência até o Campus, durante os dias letivos, em transportes coletivos.	a. Repasse direto ao discente do valor de até R\$ 194,00 mensais na condição de ajuda de custo para o custeio de seu deslocamento; b. Fornecimento do serviço de transporte via condução escolar pelo Campus.
Benefício Moradia	Subsídio voltado aos discentes atendidos com benefício moradia em alojamento dentro do Campus, fornecido prioritariamente ao discente em vulnerabilidade social, na modalidade serviço, para auxiliar na aquisição de materiais de uso pessoal que contribuam para sua higiene, proteção, saúde e segurança, imprescindíveis à sua condição de discente inserido no Regime de Internato no Campus.	a. Repasse direto ao discente inserido no sistema de internato, do valor de até R\$ 123,00 mensais; b. Distribuição mensal pelo Campus do kit de material de uso pessoal ao discente inserido no sistema de internato.
Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar	Auxílio ao discente que comprovadamente não possua meios de custear despesas educacionais decorrentes de necessidades de material didático-pedagógico e material escolar relacionado à sua atividade educacional no IFAM.	a. Repasse direto ao discente do valor de até R\$ 147,00; b. Distribuição semestral pelo Campus do kit Material Didático-Pedagógico e Escolar ao discente.
Benefício Creche	Repasse direto do valor do benefício a título de ajuda de custo para apoiar ao discente, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, que comprovadamente não possua apoio familiar, um responsável ou cuidador direto para seu (s) filho(s), com idade de até cinco anos e onze meses de idade, no turno em que frequenta o curso no IFAM.	O valor do benefício poderá ser R\$ 278,00 mensais

Fonte: Elaborada pela autora partir dos dados do Edital n° 01/2022/IFAM Campus Eirunepé

Dos benefícios apresentados na Tabela 1, cabe-nos destacar o Benefício Creche, objeto de nossa pesquisa. Conforme os últimos editais voltados a seleção de beneficiários do Programa Socioassistencial Estudantil, os discentes que necessitam do Benefício Creche, precisam atender aos critérios de elegibilidade de

estar em situação de vulnerabilidade social e não possuir apoio familiar, responsável ou cuidador para seus filhos menores de 6 anos, no horário em que estuda o curso em que se encontra matriculado.

O PNAES estabelece dez grandes áreas de ação da assistência estudantil, das quais o apoio aos estudantes com filhos faz parte. Neste sentido o Benefício Creche é a ação mais comum desenvolvida pelas universidades federais brasileiras e institutos federais, tendo em vista que a grande maioria não dispõe de creches universitárias ou outras formas de apoio a esse grupo de estudantes (FIGUEIREDO, 2019).

De acordo com os dados do SIGAA, para os anos de 2020 e 2021 um total de 33 (trinta e três) discentes do Campus Eirunepé solicitaram o Benefício Creche, mas destes somente 2 (dois) tiveram suas solicitações deferidas. Nesse sentido, nos inquiremos: Quais as razões para tanto indeferimento? E desses beneficiários, será que realmente o valor concedido é capaz de possibilitar a permanência exitosa do aluno (a) em sua formação, tendo em vista que o benefício contempla apenas o horário em que o estudante está em seu curso? Essas questões nos fazem refletir como essas mães e/ou pais fazem para dar conta de manter os estudos em casa, no horário em que não estão em sala de aula. São apenas pistas cuja pesquisa poderá responder, futuramente.

5. METODOLOGIA

O presente projeto se volta para uma investigação que toma como base a pesquisa do tipo qualitativa, pois como afirma Minayo (2008), esta atua com um universo de significados, agregando motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofundando a relação dos processos fenomênicos, não podendo se reduzir à uma operacionalização de variáveis.

Toda pesquisa qualitativa, social, empírica, busca a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial (BAUER; GASKELL, 2008) mas, sobretudo, objetiva conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano.

E é nesse limiar que essa pesquisa pretende seguir, buscando desvelar o impacto do Benefício Creche na permanência e êxito dos discentes do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/Campus

Eirunepé a partir da visão desses sujeitos e dos condicionantes e determinantes que conformam suas realidades.

NATUREZA DA PESQUISA

Nesse sentido, elegemos como natureza da pesquisa o estudo de caso, tendo em vista que este permitirá uma análise mais profícua da realidade e dos sujeitos envolvidos no processo de utilização dos benefícios socioassistenciais disponibilizados pelo PNAES no Campus Eirunepé e o impacto na permanência e êxito desses em sua formação estudantil e profissional.

Como assevera Yin (2005, p. 20): “O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos.

LÓCUS DA PESQUISA

Diante dessas assertivas, o local de realização desta pesquisa será o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Eirunepé, cidade que fica localizada no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país e que pertence à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, localiza-se a sudoeste da capital do estado, distando desta cerca de 1.160 km de Manaus⁴.

4 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/eirunepe.html>>. Acesso em: 20.06.22.

Figura 1: Localização do município de Eirunepé no mapa do estado do Amazonas



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com dados do IBGE (2016) o município possui 35.273 habitantes. Eirunepé possui uma vegetação predominante do bioma amazônico, por tal característica, o acesso aos municípios vizinhos e capital se dá exclusivamente via transporte fluvial e aéreo. Sua densidade demográfica em 2010 era 2,04 (hab/km²) e o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,563⁵.

A cidade de Eirunepé, outrora São Felipe, está situada à margem esquerda do Rio Juruá, próximo a foz do Rio Tarauacá, que fica na margem oposta. Faz fronteira com os municípios de Itamarati e Envira ao leste; estado do Acre e município de Ipixuna ao sul; Benjamin Constant e Jutai ao oeste.

5 Disponível em <<https://www.eirunepe.am.gov.br/a-cidade/>>. Acesso: 20.06.22.

Figura 2: Imagem área da cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Eirunepé

No que se refere ao lócus da pesquisa, propriamente dito, esta realizar-se-á no Campus Eirunepé, situado na região urbana da cidade. Atualmente, o instituto desenvolve suas atividades em espaços provisórios, tendo em vista que o prédio oficial se encontra em construção. Assim, os cursos são oferecidos em prédios separados, em bairros distintos, a saber: no Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social e no antigo prédio do Liceu de Artes, da cidade.

Figura 3: Imagem do prédio do IFAM/Campus Eirunepé



Fonte: site do IFAM

Em 2022, o Campus Eirunepé atende discentes nas modalidades Integrado, Subsequente e Proeja (Administração), que estão distribuídos nos seguintes cursos:

Tabela 2 – Alunos dos cursos subsequentes – Campus Eirunepé

SUBSEQUENTE	QUANTITATIVO DISCENTES
Administração	40
Agroecologia.1	40
Manutenção e suporte em informática.1	40
Agroecologia.3	34
Manutenção e suporte em informática.3	39
Vendas.3	35
Proeja.6	37

Tabela 3 – Alunos dos cursos subsequentes – Campus Eirunepé

INTEGRADO	QUANTITATIVO DISCENTES
ADMINISTRAÇÃO.1	38
ADMINISTRAÇÃO.2	34
ADMINISTRAÇÃO.3	24
AGROPECUARIA .1	38
AGROPECUARIA.2	29
AGROPECUARIA.3	17
INFORMÁTICA.1	37
INFORMÁTICA 2	37
INFORMÁTICA 3	28

São os discentes matriculados nesses cursos que farão parte da pesquisa, pois acreditamos que o número de estudantes mães e pais tem aumentado a cada ano, sobretudo com o aumento expressivo da gravidez precoce, a cada ano, conforme dados do Ministério da Saúde, 2022. Assim, o número de discentes que necessitam do Benefício Creche se torna maior, dada a necessidade da permanência das estudantes mães, em sua maioria, necessitar desse benefício para permanecer estudando.

SUJEITOS E INFORMANTES

Farão parte da pesquisa como sujeitos e informantes os discentes dos cursos integrados de Administração, Agropecuária e Informática do IFAM/Campus Eirunepé. Quanto à quantidade amostral, serão em média 5 discentes de cada curso.

Considera-se, na presente pesquisa, sob a ótica de Martinelli (1999, p. 23-24), que “o importante, nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa”.

INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Como instrumentos para coleta de dados, utilizaremos da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas. Para Marconi e Lakatos (2004), o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador. Dessa forma, por meio do questionário será possível traçar o perfil socioeconômico dos discentes e demais características relacionadas ao Benefício Creche destinado aos mesmos.

Nesse viés, conforme Triviños (1987, p. 137) “[...] os questionários e as entrevistas são meios ‘neutros’ que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria”. Assim, no questionário quem escreve as respostas das questões será o próprio sujeito. Para tanto, utilizaremos a entrevista que por sua vez são contatos sociais e não simplesmente meios passivos de se obter informações” (MAY, 2004). De acordo com a autora, geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas.

Para alcance dos demais objetivos dessa pesquisa, faremos uso da técnica do Grupo Focal. De acordo Gatti (2005) o grupo focal permite uma interatividade entre os participantes, possibilitando a apreensão dos dados da pesquisa face a face. Para tanto, disporemos os interlocutores em círculo e utilizaremos um roteiro temático, conforme as orientações de Gatti (2005), fazendo uso do aparelho fonográfico para registro das falas dos participantes, possibilitando

o desvelamento das nuances da execução do Benefício Creche, seu uso em favor dos discentes e as dificuldades e possibilidades encontradas por esse na permanência ou não continuidade de sua formação estudantil.

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Por fim, destaca-se que para análise dos dados faremos uso da análise textual discursiva (ATD). Esse tipo de análise é uma abordagem que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e análise de discurso (TITSCHER et al., 2002).

A Análise Textual Discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. Maiores detalhes sobre a análise textual discursiva podem ser encontrados no artigo uma tempestade de luz (MORAES, 2003).

Com base nisso, a análise textual discursiva mais do que um conjunto de procedimentos definidos constitui metodologia aberta, caminho para um pensamento investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução. É abordagem claramente incluída em metodologias que se situam em um paradigma de pesquisa emergente (SANTOS, 2002).

Levando em consideração essas assertivas, por meio deste instrumento far-se-á a análise dos dados coletados junto aos sujeitos da pesquisa, que são os discentes dos cursos de Administração, Agropecuária e Informática no IFAM/Campus Eirunepé, visando compreender a importância e o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em suas vidas, a partir de seus discursos/percepções, à luz dos constructos teóricos que nortearão esse estudo.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000 (Coleção Mundo do Trabalho).

ARAÚJO, W. S. (2016). **Das Escolas Técnicas Federais aos Institutos Federais: A licenciatura em Física no Campus Goiânia do IFG**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Matemática). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ASSIS, Anna Carolina Lili de et al. **As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras**. Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual, [s.l.], v. 6, n. 4, p.125-146, 1 dez. 2013.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: Acesso em: 21.06.2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 01.06.2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: .Acesso em: 01.06.2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20/06/2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FRIGOTTO, **G.Trabalho**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GAIOSO, Natalícia P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000127&pid=S14144077201100020000700011&lng=pt>. Acesso em: 21.06.2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 eds. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. IN: MARTINELLI. O uso da pesquisa qualitativa em Serviço Social. São Paulo: Veras 1999a. p. 7-8.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de assistência estudantil no ensino médio integrado: análise sob a ótica dos alunos do curso de agropecuária do IFPI – Campus Oeiras**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. Campus Salgueiro, Salgueiro, 2020.

MAY, Tim. 2004. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Capítulo 6: Entrevistas: métodos e processo. 3ª edição. Porto Alegre. Artmed.

MEDEIROS, Sidineya Aires de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Morrinhos, Go: IF Goiano, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PRADA, Talita; SURDINE, Mônia Carla da Costa. **A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Revista Ser Social: Educação e Lutas Sociais no Brasil. Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnicidade**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 115- 130, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho: fundamentos ontológicos e históricos**. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-80, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 21.06.2022.

TITSCHER et al. (1998, 2000); Reisigl/ Wodak (eds.) (2001); Van Dijk (2001); Fairclough/ Wodak (1997); Weiss/. Wodak (eds.)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 eds., Porto Alegre: Bookman, 2005.